8. ÁSIA

No Continente asiático os nossos principais parceiros são a China, o Japão e a República Popular Democrática da Coreia.

Com a República Popular da China, as relações bilaterais mantiveram as suas características de sempre: mútuo apreço, contactos frequentes a todos os níveis, estabilidade e previsibilidade da ajuda económica e técnica.

Com o Japão, dada a sua política de aumento da ajuda pública ao desenvolvimento, o seu crescente interesse pela África, e o seu elevado desenvolvimento tecnológico em áreas de interesse vital para o desenvolvimento de Cabo Verde, as nossas relações tendem a aumentar, na base de acções já realizadas ou em curso.

Durante o ano de 1987, o Chefe do Governo visitou a RPDC e discutiu com as autoridades desse país o desenvolvimento das nossas tradicionais relações bilaterais.

A tendência geral para o desanuviamiento, que poderá ter reflexos positivos na Península Coreana e em todo o Extremo Oriente asiático faz-nos esperar uma nova fase no relacionamento com esse nosso parceiro tradicional.

Dum modo geral, dado o elevado crescimento económico de que os países da Bacia do Pacífico são protagonistas e a natural tendência para a expansão do seu comércio e das relações económicas externas, e à medida que se for concretizando a vocação de Cabo Verde de polo de trocas comerciais na confluência das rotas do Atlântico, é de se esperar uma acentuação das trocas políticas, económicas e tecnológicas com esse conjunto de países.

9. - RELACÕES MULTILATERAIS

No campo multilateral o nosso país participou nas principais reuniões internacionais, com destaque, para além da OUA, na

5ª. Sessão da Comissão Preparatória do Direito do Mar, 42ª. Sessão da Assembleia Geral da ONU, Reunião Ministerial do Grupo dos 77 para preparação da 7ª. CNUCED, Conferência Internacional sobre Desarmamento e Desenvolvimento, Reunião dos Não-Alinhados sobre Co-Operação Sul/Sul, 24ª. Conferência Geral da UNESCO, Cimeira da CEDEAO, 2ª. Conferência Geral da ONUDI, 24ª. Conferência Geral da FAO etc.

Tiveram lugar em Cabo Verde a Reunião do Comité Regional da Comissão Oceanográfica Intergovernamental para o Atlântico Centro Este e a Mesa Redonda das ONG'S.

II - COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A extroversão da economia cabo-verdiana é uma contin-
gência com que fomos aprendendo a conviver e que fomos aprenden-
do a gerir no sentido dos interesse nacionais.

Essa extroversão é multifacetada e manifesta-se ao lon-
go de todo o processo de potenciação do desenvolvimento, quer se
trate de fontes de financiamento, de matérias-primas ou energéti-
cas, quer de formação a know-how tecnológico, quer de mercados. O
peso relativo de cada uma dessas vertentes da extroversão pode va-
riar ao longo do processo, mas ela será, num horizonte previsível,
uma constante da nossa realidade sócio-económica.

A gestão das relações económicas externas domina, assim,
e continuará a dominar o panorama da política interna e externa
de Cabo Verde e das perfomances conseguidas dependerá, em grande
parte, o futuro do nosso país.

Apesar do elevado grau de dependência da nossa econo-
mia da ajuda externa, o Governo estabeleceu desde sempre balizas
dentro das quais se deveria processar e objectivos a **atingir** com
a sua potenciação e gestão. Entre essas balizas e objectivos, ca-
be destacar a diversificação, a previsibilidade e a adequação, tan-
to qualitativa como quantitativa, aos objectivos de desenvolvimen

to internamente fixados e consignados nos planos nacionais de desenvolvimento.

À luz dessas balizas que iremos tratar a evolução da cooperação internacional durante o ano de 1987.

Globalmente, o volume da ajuda pública ao desenvolvimento de Cabo Verde manteve-se durante o período em apreço, ^{apesar} das previsões em contrário ditadas por uma conjuntura desfavorável e da quebra nos engagements de importantes parceiros como os EUA, a RFA e a Austria. A manutenção do volume global de ajuda diz também respeito tanto à ajuda bilateral como à ajuda multilateral, proveniente essencialmente do sistema das Nações Unidas.

Recenseando 42 países com que desenvolvemos cooperação bilateral, verifica-se que mantemos relações continuadas com 75% dentre eles, situando-se as relações pontuais entre os países menos desenvolvidos da OCDE, da Europa Socialista, da Africa e da América Latina.

Quanto à previsibilidade, isto é, ao estabelecimento de programas plurianuais de cooperação, ela verifica-se actualmente com 8 dos 27 países com que mantemos relações continuadas, o que deve ser considerado uma taxa ainda pouco satisfatória para o objectivo que nos fixamos.

Em 1987 registamos 4 novos parceiros de desenvolvimento, com destaque para o Luxemburgo, que definiu, como se disse atrás, Cabo Verde como país de concentração da ajuda, mas também a Grécia, Marrocos e Argentina.

Quanto à ajuda alimentar, que conta 13 dadores bilaterais, constatou-se uma diminuição do volume em 7 dos casos e aumento em 3 (Bélgica, Itália e Nigéria).

Uma menção especial merece a CEE, cujo engajamento financeiro global aumentou relativamente ao programa anterior, ten

do sido simplificadas a racionalizadas as modalidades de programação e execução e criada uma Comissão Nacional Multi-disciplinar para a gestão e seguimento do Programa, o que é uma novidade na gestão da cooperação e faz esperar uma capacidade acrescida de concretização.

Como sinal suplementar dum engajamento qualitativamente novo da CEE na sua cooperação com Cabo Verde, a antena da CEE na Praia foi elevada a delegação.

Tal como se esperava, na sequência da II Mesa Redonda dos Parceiros de Desenvolvimento, abriu-se em 1987 um terreno mais propício à tomada de engajamentos reembolsáveis a nível das instituições financeiras internacionais. As condições dos empréstimos negociados ou contraídos continuaram bastante favoráveis, tendo mesmo melhorado no caso do BAD.

A gestão da cooperação internacional não deixa, porém, de levantar problemas que são encarados de frente pelo governo, na perspectiva de melhorar a sua qualidade e resultados e de manter o seu controle dentro das balizas definidas.

É assim que o objectivo diversificação, conhecidas as suas vantagens, não deixa de pôr problemas específicos de gestão, exigindo um aparelho a um tempo flexível, capaz de captar e processar uma enorme massa de informações e de permitir decisões ágeis, o que se mostra difícil face aos meios humanos e ao equipamento de que dispomos.

Por outro lado, se o governo nunca pretendeu fazer depender a cooperação internacional de um aparelho rígido e centralizador das decisões, muito deixa a desejar ainda a necessária coordenação entre os diversos sectores implicados, com reflexos negativos na agilidade das decisões, no processamento das informações e na efectividade do controle.

É uma prioridade do governo centrar a sua atenção na

no afinar dos mecanismos internos de planificação, gestão e controle das relações económicas externas, mormente quando tendem a ganhar uma nova complexidade com a entrada em cena do investimento privado estrangeiro.

EMIGRAÇÃO

Diferentemente do que a conjuntura fazia prever, não se verificou em 1987 uma queda do volume de remessas dos emigrantes, nem o clima desfavorável ao emprego nos países de acolhimento se traduziu num retorno assinalável. Pelo contrário, o nível das remessas tendem a aumentar, ganhando cada vez mais peso a componente poupança e investimento em relação ao clássico apoio ao consumo das famílias. Isso graças a medidas oportunamente adoptadas, como a abertura de contas bancárias especiais para os emigrantes e outras de estímulo à sua participação no esforço nacional de investimento, cujos mecanismos terão agora de ser analisados e afinados.

Cabo Verde vai paulatinamente assumindo-se como Nação que tem uma componente importante da sua população fora do território e repensando o seu relacionamento com a emigração em termos de transformar esse dado, de um constrangimento em elemento positivo da presença de Cabo Verde no mundo.

Cumprindo o objectivo de protecção jurídica das comunidades cabo-verdianas emigradas, o governo prosseguiu em 1987 uma série de contactos com vista à assinatura e implementação de acordos de segurança social, que se traduziram na conclusão de um acordo administrativo complementar ao acordo administrativo geral com o governo da França e na assinatura de um acordo administrativo geral com o governo da Itália.

Com o Luxemburgo foram iniciadas negociações de um projecto de convenção sobre segurança social. Com Portugal foram trocados os instrumentos de ratificação do Acordo sobre Segurança Social, assinado em 1981

Dando cumprimento à política de dar aos nossos emigrantes uma cobertura consular compatível com os escassos meios do OGE, começaram a funcionar em 1987 os consulados honorários de Franquefurte, Rio de Janeiro e Portimão, elevando para onze o número de representações consulares dessa categoria.

Foi feito um esforço de contacto mais estreito e directo entre a D. Geral de Emigração e o Instituto de Apoio ao Emigrante e as associações cabo-verdianas e continuaram-se a organizar os já tradicionais encontros com os emigrantes em férias.

O Governo manteve-se atento às falhas e estrangulamentos detectados durante esses contactos e continuou procurando que, através duma melhor dotação, coordenação e sensibilidade dos serviços estatais que lidam directamente com a emigração eles fossem ultrapassados, aumentando assim os laços afectivos e de confiança dos emigrantes na sua Mãe-Pátria e nas possibilidades do seu desenvolvimento.

- 14B -

.../...